

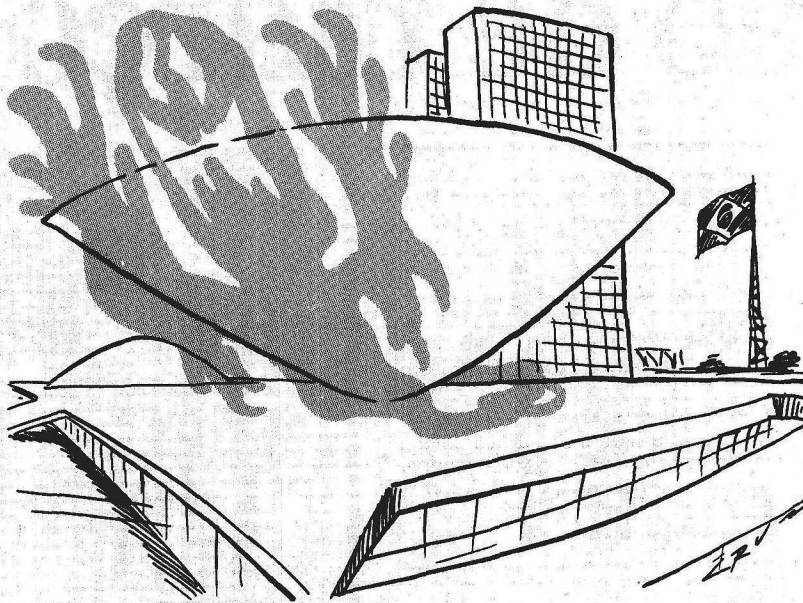
Câmara dos Deputados descobre 40 'fantasmas' e vai demiti-los

BRASILIA — A Câmara dos Deputados descobriu 40 funcionários "fantasmas" que não assinaram o ponto — tornado obrigatório há um mês — e deverá demiti-los. A Mesa da Câmara também está analisando a restituição aos seus órgãos de origem de 724 servidores requisitados. Os funcionários "fantasmas" foram encontrados entre os 3.890 servidores da Casa que trabalham sob o regime da CLT ou são estatutários.

A Mesa também decidiu vender 11 ônibus, do total de 12, que serviam aos funcionários: o serviço continuará sendo feito por 15 microônibus, que já faziam parte do patrimônio da Câmara. Ainda foi considerado excessivo a Casa ter um veículo para cada quatro Deputados, de um total de 495. Os demais veículos de que a Câmara dispõe são: 51 automóveis, 30 camionetes, três caminhões e oito ambulâncias, das quais duas estão emprestadas ao Governo do Distrito Federal.

De um total de 7.600 funcionários que prestam serviços à Câmara dos Deputados, 3.100 são secretários parlamentares e, por isso, não estão obrigados a assinar o ponto. Eles ocupam cargos considerados de confiança do parlamentar, que determinará o horário e a frequência do seu funcionário.

A Câmara decidiu fiscalizar com maior rigor a frequência de seus funcionários depois que foram descobertas diversas contratações de parentes de parlamentares. Para descobrir aqueles que efetivamente trabalham, a Mesa determinou que o ponto fosse recolhido quatro vezes



ao dia. Duas pela manhã, às 9 e 12 horas, e duas à tarde, às 13h30m e 18h30m.

No Senado, os próprios funcionários vão definir a melhor maneira de ser feito o recolhimento do ponto em seu local de trabalho. A Mesa do Senado decidiu formar uma comissão para regulamentar uma norma, que está em vigor desde 1º de março, obrigando todos os servidores da Casa a cumprir uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.

A comissão, integrada por funcionários do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Centro Gráfico (Cegraf) e Senado vai estabelecer a maneira pela qual os servidores que não têm condições de cumprir jornada comum de trabalho deverão assinar o ponto: taquígrafos, médicos, gráficos e a segurança. O Primeiro Secretário do Senado Federal, Senador Mendes Canale, determinou ao Prodasen estudos para a implantação de um cartão de ponto eletrônico.